



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
5ª VARA FEDERAL CÍVEL

Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória/ES, CEP 29.015-200
Telefones: (27) 3183-5054/5057, Fax: 3183-5052, E-mail: 05vfci@ifes.jus.br

PROCESSO Nº 2010.50.01.013450-6

CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉU: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP

JUÍZA: DRA. MARIA CLÁUDIA DE GARCIA PAULA ALLEMAND

DECISÃO

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** em face do **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP)**, objetivando, em sede de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, sejam declaradas nulas as vedações constantes da cláusula 6.5.4 do Edital nº 01, de 18 de junho de 2010 do Exame Nacional do Ensino Médio, “*no que dizem respeito ao uso de relógio mecânico, lápis, borracha e apontador durante o ENEM deste ano, determinando que o IBEP, por seus agentes e/ou por quaisquer pessoas vinculadas à aplicação da prova, se abstenha de restringir o uso desses materiais (...)*” – fl. 15.

Com vistas a sustentar sua pretensão, aduz o Autor que a proibição de utilização dos objetos apontados no Edital nº 01/2010 não se trata de medida razoável, eis que prejudica o bom desempenho dos alunos participantes do exame em epígrafe e não representam qualquer risco de fraude.

Petição inicial instruída com os documentos de fls. 17/43.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. Passo a decidir.

Insta ressaltar, em primeiro lugar, a finalidade precípua do instituto da antecipação dos efeitos da tutela, que consiste em dar efetividade à jurisdição. Sobre o tema, ressalte-se a lição de Cássio Scarpinella Bueno¹:

“Hoje, justamente como forma de buscar e atingir a efetividade da jurisdição, tem-se admitido que, num mesmo processo, as diversas atividades jurisdicionais apresentem-se conjuntamente, otimizando, assim, a prestação jurisdicional e, na medida do possível, reduzindo o tempo entre a lesão do direito e sua reparação, ou, evitando que a ameaça a direito se torne lesão”.

¹ BUENO, Cássio Scarpinella. Tutela Antecipada. Ed. Saraiva. 2004



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
5ª VARA FEDERAL CÍVEL

Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória/ES, CEP 29.015-200
Telefones: (27) 3183-5054/5057, Fax: 3183-5052, E-mail: 05vfci@ifes.jus.br

Vê-se, pois, na adoção de tal instituto, uma opção do legislador pela efetividade do processo em contraposição à certeza da cognição exauriente. Mas, para a sua concessão, estabeleceu, em contrapartida, a necessidade de preenchimento de alguns requisitos, a saber: a) verossimilhança da alegação e prova inequívoca do direito alegado; b) receio de dano irreparável ou de difícil reparação; e c) inexistência de risco de irreversibilidade do provimento a ser antecipado.

Em análise aos argumentos narrados na inicial, não vislumbro, na hipótese, a presença dos requisitos autorizadores da concessão de tal medida, pelos fundamentos que passo a expor:

Como visto no relatório, o Autor pretende seja declarada a nulidade parcial da cláusula nº 6.5.4 do Edital nº 01/2010 do ENEM, especificamente no que diz respeito à restrição de uso de alguns objetos durante a realização da prova, quais sejam: relógio mecânico, lápis, borracha e apontador.

Com efeito, infere-se do ato regulamentador do certame em questão (Edital nº 01/2010), especificamente da cláusula ora guerreada, que, *"durante a realização da prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os(as) participantes, nem a utilização de lápis, borracha, apontador, calculadoras e agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, pagers, bip, walkman, gravador, mp3 ou similar, relógio, ou qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens"* (cláusula 6.5.4 – fl. 24).

De outra parte, ao argumento de que a utilização dos objetos apontados na inicial não configura qualquer risco de fraude ao certame, podendo, por outro lado, ocasionar prejuízos aos participantes, já que *"o aluno, de modo geral, faz apontamentos e rascunhos, especialmente em cálculos e redação, com o lápis, sendo necessário lápis, borracha e apontador, havendo risco inclusive de não haver espaço no papel para os cálculos se só for permitida a caneta"* (fl. 03), alega o MPF que mostra-se, tal medida, carente de qualquer razoabilidade.

Diga-se que, na esfera administrativa, em contrapartida aos argumentos ora traçados pela parte-Autora, o INEP manifestou-se a respeito das restrições contidas no Edital nº 01/2010 no sentido de que tais mostram-se adequadas e necessárias a fim de evitar que alguns examinados empreguem meios fraudulentos para obter as repostas do exame, informando, ainda, que, a despeito da proibição do uso de lápis e borracha, os espaços para rascunhos foram ampliados.

Pois bem.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
5ª VARA FEDERAL CÍVEL**

**Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória/ES, CEP 29.015-200
Telefones: (27) 3183-5054/5057, Fax: 3183-5052, E-mail: 05vfci@jfes.jus.br**

Da análise das restrições, durante o ENEM, ora implementadas e atacadas pelo MPF, nota-se, a esse respeito, que a regulamentação em comento traz em seu bojo a evidente intenção de resguardar, em todos os seus aspectos, a lisura do certame, haja vista, especialmente, os problemas detectados no último ano (2009), mormente no que se refere ao vazamento do conteúdo da prova.

Seguindo, pois, a linha de raciocínio ora delineada, a despeito da alegada ausência de razoabilidade quanto ao ato em discussão, não vislumbro, no presente caso, qualquer ilegalidade a ser combatida.

Isso porque é cediço que a atuação administrativa há de se pautar pelo atendimento às normas jurídicas, devendo obedecer, dentre outros preceitos legais, ao princípio da razoabilidade.

Significa dizer que essa atuação administrativa, conquanto possa ser vislumbrada sob a perspectiva da discricionariedade administrativa, não pode deixar de se ater aos ditames da lei e, muito menos, aos postulados constitucionais. Mesmo a valoração acerca da oportunidade e conveniência na prática dos atos deve ser norteadada à luz do princípio da razoabilidade, que compõe o próprio conteúdo da legalidade, à qual está o agente público incontestavelmente sujeito. O pensamento jurídico já evoluiu no sentido de reconhecer que o mero atendimento aos ditames da legislação não é o bastante para revelar a observância da legalidade, devendo esta ser prestigiada sob o enfoque material dos atos da Administração, que deverão ser proporcionais e razoáveis, voltados à sua finalidade e ao respeito às garantias do administrado.

E o exame desses critérios, longe de configurar ingresso do Judiciário no núcleo do denominado mérito administrativo, assoalha o real mister da atividade jurisdicional. Por certo, não pode o magistrado substituir o agente público na liberdade de "escolha" conferida pela lei por intermédio da discricionariedade. No entanto, tem ele o dever de analisar a legitimidade do conteúdo do ato germinado, o que evidentemente perpassa pelo exame da regularidade da motivação declinada, bem como o seu cotejo com a ordem jurídico-constitucional, sob pena de restar configurada invasão indevida do Poder Judiciário na Administração Pública, em flagrante ofensa ao princípio da separação dos Poderes.

Ainda quanto a este título, impera destacar que a razoabilidade constitui a garantia de interpretação plausível dos princípios e garantias constitucionais assegurados pela ordem constitucional brasileira. E, dentre estas garantias, encontra-se a educação, sendo dever do Estado promovê-la em todos os seus termos, consoante se infere do Texto Constitucional. Vejamos:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
5ª VARA FEDERAL CÍVEL

Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória/ES, CEP 29.015-200
Telefones: (27) 3183-5054/5057, Fax: 3183-5052, E-mail: 05vfci@jfes.jus.br

"Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Seguindo esse preceito constitucional, pode-se extrair, da hipótese dos autos, que a pretensão da Administração, quando da elaboração da cláusula nº 6.5.4 inserta do Edital do certame, não feriu tal direito dos participantes do ENEM. Trata-se de medida razoável, tendente a resguardar o direito dos alunos de participar de um exame isento de qualquer irregularidade, mesmo que considerada – pela sociedade em geral, conforme reiteradamente vem sendo veiculado na imprensa nacional – remota a possibilidade de fraude.

Com efeito, conforme se infere das considerações expendidas pelo Instituto-Réu em manifestação acostada aos autos, a finalidade do ENEM é avaliar o desempenho do estudante ao final da escolaridade básica em função do que determinam os artigos 206 e 209 da Constituição da República; e que, com o passar do tempo, permitiu-se a utilização de seu resultado para outras finalidades, como: "inserção no mercado de trabalho, certificação de conclusão do ensino médio, bolsas de estudo e vagas em instituições de ensino superior (item 10 do Edital nº 01/2010)".

Nessa linha de ideias, não obstante as sobreditas manifestações de irresignação pelos participantes do exame e pela sociedade, deve-se ter em mente que o direito fundamental à educação garantido constitucionalmente, como acima retratado, encontra-se plenamente resguardado, não sendo, pois, atingido com a restrição imposta pela Administração Pública no Edital que rege o certame em comento.

O que se percebe, aqui, é a insatisfação de alguns integrantes da sociedade com um critério de proteção adotado pela Administração, que, utilizando-se dos comandos que estão ao seu alcance, estipulou determinadas medidas protetivas da regularidade do exame. Apesar de tais medidas, hipoteticamente, serem hábeis a gerar dissabores a alguns participantes do exame, deve-se ponderar, no caso concreto, os interesses em combate, eis que se encontram: (a) de um lado, os eventuais prejuízos que poderão ser causados aos alunos diante da impossibilidade de utilização de relógio, lápis, borracha e apontador; e (b) de outro, os esforços despendidos pela Administração em garantir aos principais interessados (os alunos) a incondicional idoneidade do certame.

Sem sombra de dúvida, o interesse maior, que é a plena regularidade do certame, deve prevalecer sobre os interesses dos participantes quanto à utilização dos citados objetos, evitando-se (ou ao menos se tentando evitar), dessa forma, a ocorrência de fraudes, que, acaso constatadas, trariam



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
5ª VARA FEDERAL CÍVEL

Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória/ES, CEP 29.015-200
Telefones: (27) 3183-5054/5057, Fax: 3183-5052, E-mail: 05vfci@jfes.jus.br

maiores dissabores aos inscritos do que a simples impossibilidade de utilização de lápis, borracha, relógio etc.

Assim, **diante da não constatação de qualquer ilegalidade no ato perpetrado pela Administração capaz de autorizar a intervenção do Poder Judiciário**, caso adentrasse este Juízo na análise dos critérios atacados adotados pela Administração, estaria, necessariamente, valorando os aspectos relativos à conveniência e oportunidade, ou seja, ao mérito administrativo, substituindo, dessa forma, a Autoridade que o fez e, por conseguinte, invadindo o mérito administrativo, cuja apreciação não cabe a este Poder.

Assim, uma vez convencida da inexistência de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação e de qualquer ilegalidade no ato administrativo perpetrado pelo INEP, consubstanciado na inclusão da cláusula nº 6.5.4 no Edital nº 01/2010, no tocante à restrição do uso dos objetos lá elencados, concluo que a medida pleiteada neste feito **não** há que ser concedida.

Ante o exposto, **INDEFIRO O PLEITO ANTECIPATÓRIO**.

Intimem-se as partes, **com urgência**, e da maneira mais célere e eficaz², devendo, no mesmo ensejo, ser o Réu **citado**, observadas as cautelas legais.

Vitória/ES, 05 de novembro de 2010.

MARIA CLÁUDIA DE GARCIA PAULA ALLEMAND

Juíza Federal Titular da 5ª Vara Cível

Assinado Eletronicamente

Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/06

Art. 1º do Prov. nº 58/09 da Corregedoria-Regional da JF da 2ª Região

JESPPD

AVISO: Este processo tramita por meio eletrônico. Os autos se encontram disponíveis para consulta no site www.jfes.jus.br. O acesso se dá mediante informação do CPF/CNPJ da parte-autora, na aba "peças" da consulta processual, **ou** por meio de cadastramento prévio do advogado ou da entidade, sendo que, nesta última hipótese, basta clicar na aba "consulta especial", sem a necessidade da informação do CPF/CNPJ. Com a consulta virtual, não é necessário o comparecimento na Secretaria da Vara para vista dos autos.

² fac-símile, e-mail.